ISSN: 2358-8829

EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA: ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA

Lúcia de Fátima Marinho de Medeiros [1]
Marinalva Fontes Henrique Farias [2]
Gisela Farias de Figueiredo Melo[3]
Izaura Maria de Andrade da Silva [4]

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma experiência extensionista desenvolvida por docentes e discentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em colaboração com profissionais da educação básica de uma escola municipal de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental de João Pessoa. A experiência teve como foco na elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado numa perspectiva colaborativa.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento de planejamento pedagógico que busca organizar o processo de ensino de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Ele define objetivos de aprendizagem individualizados, estratégias pedagógicas adequadas, adaptações curriculares necessárias e formas de avaliação compatíveis com o perfil do aluno. Segundo Tannús-Valadão (2010), esse instrumento já é utilizado no cenário internacional, em países da Europa e América do Norte com a finalidade de viabilizar as condições adequadas ao processo de inclusão na escola comum para crianças e jovens com necessidades educacionais específicas. Conforme estabelece o artigo 12 do Decreto nº 12.773/2025, a realização do documento é obrigatória, deve ser atualizado continuamente e

[1]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, luciamarinhomedeiros@gmail.com;
[2]Mestranda do Curso do PROFEI da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, marinalva.fhenrique@professor.joaopessoa.pb.gov.br;
[3];Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional PROFEI da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, giselafariasdefigueiredomelo@gmail.com
[4] Doutora pelo Curso de educação da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, e professor adjunto da UFPB izamarasi@gmail.com

ISSN: 2358-8829

derivar do estudo de caso. O PEI constitui um importante instrumento para assegurar a inclusão, a equidade e a aprendizagem dos estudantes públicos da Educação Especial. A sua elaboração deve ser feita a partir de avaliação criteriosa dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), pessoas com Altas Habilidades ou Superdotação que necessita de adaptações. O estudo de caso sistematiza os levantamentos realizados por meio da entrevista com a família (anamnese), a sondagem pedagógica com os professores e os relatórios dos profissionais da saúde, possibilitando, assim identificar as principais barreiras e a proposições de estratégias, recursos e tecnologia assistiva que vai alavancar o processo de aprendizagem do estudante. O estudo de caso é a primeira etapa da elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) que deve ser incorporado ao PEI.

Como mencionado anteriormente, essa tarefa envolve diferentes participantes, como a família, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor regente da sala comum, especialistas e a equipe pedagógica. Esse trabalho colaborativo contempla a construção do estudo de caso, a elaboração do PAEE e do PEI, bem como sua execução e avaliação. O trabalho colaborativo deve ser coordenado pelo professor de AEE, mas com a participação efetiva de todos os integrantes do processo, a fim de alcançar êxito na aprendizagem, participação e desenvolvimento do estudante com deficiência.

O estudo de caso no contexto escolar de crianças com deficiência consiste na investigação aprofundada de uma situação, experiência ou fenômeno educacional vivenciado por uma ou mais crianças no cotidiano escolar, considerando as características do contexto, as práticas pedagógicas, as relações entre os sujeitos, as barreiras à aprendizagem e à participação e os recursos utilizados para favorecer a inclusão. No campo da pesquisa educacional, André (2005) destaca a importância do estudo de caso para compreender a complexidade das situações vivenciadas no contexto escolar. Yin (2015) ressalta a possibilidade de investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, especialmente quando o fenômeno e contexto estão estreitamente relacionados. Stake (1995), por sua vez, enfatiza a importância de compreender a singularidade e a complexidade do caso a partir de seu contexto.

A sondagem pedagógica também constitui um recurso importante nesse processo, pois permite aos professores observar e registrar os conhecimentos, as habilidades, as formas de participação e as necessidades de apoio dos estudantes. Seu objetivo não é apenas identificar dificuldades, mas compreender o que cada estudante já consegue realizar e quais intervenções podem favorecer novas aprendizagens. Para Luckesi (2011), a avaliação diagnóstica deve subsidiar decisões pedagógicas, possibilitando ao professor compreender a situação de aprendizagem e intervir para favorecer o desenvolvimento do educando. Assim, no atendimento

ISSN: 2358-8829

às crianças com deficiência, a sondagem pode contribuir para identificar não somente o que a criança ainda não realiza, mas o que já realiza, como realizará, quais apoios necessita e quais possibilidades podem ser ampliadas.

Estes documentos, embasam a construção do PEI que quando elaborado de forma colaborativa, constitui-se como um processo de construção coletiva, envolvendo o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor da sala de aula comum, a equipe pedagógica e, sempre que possível, a família e o próprio estudante.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), destacam a relevância da colaboração entre os profissionais da educação especial e do ensino comum, com o compartilhamento das responsabilidades no planejamento e no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Capellini e Zerbato (2019) também discutem a contribuição dessa colaboração para a construção de práticas inclusivas, por meio da corresponsabilização, da troca de conhecimentos e da organização de estratégias que favoreçam a participação de todos. Dessa forma, construir um PEI colaborativamente, ultrapassa a dimensão de um documento meramente burocrático, configura-se um instrumento de acompanhamento, reflexão e intervenção pedagógica, que considera as singularidades do estudante, suas potencialidades, as barreiras à aprendizagem e à participação e os apoios necessários à garantia do direito à educação inclusiva.

Diante o exposto, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a importância da implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI), numa perspectiva colaborativa, apontando para a experiência vivenciada em uma escola Municipal da cidade de João Pessoa. Para tal, este trabalho consiste em um relato de experiência extensionista, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo, desenvolvido a partir da articulação entre docentes e discentes da Universidade Federal da Paraíba e profissionais de uma escola Municipal.

A experiência possibilitou concluir a elaboração dos PEIs e evidenciou a importância do diálogo entre os profissionais, das adequações curriculares e dos recursos de acessibilidade para favorecer a participação dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, o trabalho busca contribuir para a reflexão docente e acadêmica sobre o planejamento colaborativo como elemento importante na construção de práticas pedagógicas inclusivas, considerando as necessidades e potencialidades dos estudantes.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência extensionista, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo, desenvolvido a partir da articulação entre docentes e

ISSN: 2358-8829

discentes da Universidade Federal da Paraíba e profissionais da Escola Municipal de Ensino Infantil, Fundamental e EJA, localizada em João Pessoa-PB. A experiência teve como foco a elaboração do PEI numa perspectiva colaborativa, buscando aproximar os conhecimentos acadêmicos das demandas do cotidiano escolar e contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas. Assim, o relato de experiência constitui uma modalidade de produção do conhecimento que articula a descrição das práticas vivenciadas à fundamentação teórica e à reflexão crítica sobre as ações desenvolvidas (Mussi, Flores e Almeida 2021).

O percurso metodológico teve início com uma reunião destinada à apresentação do projeto de extensão aos(às) professores(as) da escola, equipe gestora e equipe pedagógica. Nesse encontro, foram socializados os objetivos da proposta e os profissionais puderam manifestar interesse em participar da experiência. A adesão ocorreu por iniciativa dos docentes interessados, de forma voluntária, envolvendo as turmas do 1º ano A e do 1º ano B, do 2º ano C, do Infantil V, turma B, da Educação Infantil, do 3º ano B, do 3º ano C e do 4º ano B do Ensino Fundamental. Também participaram professoras do AEE e integrantes da equipe de coordenação pedagógica. Essa composição favoreceu a aproximação entre a universidade e a escola pública, reunindo profissionais com diferentes atribuições no processo de escolarização e planejamento pedagógico.

Os procedimentos metodológicos relacionados à elaboração do PEI envolveram as observações, as primeiras impressões, a avaliação pedagógica e o estudo de caso, considerados importantes para conhecer as características dos estudantes, suas potencialidades, seus conhecimentos, suas necessidades de apoio e as barreiras que podem interferir na aprendizagem e na participação escolar. Para o levantamento de informações, foram consideradas a entrevista com familiares, na forma de anamnese, o levantamento pedagógico realizado pelos professores e os relatórios dos profissionais da saúde, quando disponíveis. Essas fontes de informação contribuíram para ampliar a compreensão sobre a trajetória dos estudantes e sobre as condições pedagógicas necessárias à organização de estratégias acessíveis. A utilização dessas informações teve como finalidade subsidiar o planejamento educacional, sem reduzir a compreensão do estudante ao diagnóstico clínico.

O levantamento pedagógico constituiu um procedimento importante para identificar os conhecimentos já desenvolvidos, as habilidades, as formas de comunicação e participação, os interesses e as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. As informações levantadas subsidiaram a reflexão sobre os objetivos pedagógicos e as estratégias de ensino, considerando as singularidades de cada estudante e as condições de acesso ao currículo. Essa perspectiva aproxima-se da discussão de Silva e Camargo (2021), que destacam a importância do PEI para

ISSN: 2358-8829

a organização de objetivos de aprendizagem e para a articulação das ações pedagógicas voltadas aos estudantes, público da Educação Especial.

A elaboração do PEI foi compreendida como um processo colaborativo que envolveu a articulação entre as professoras da sala de aula regular, as professoras do AEE e a equipe de coordenação pedagógica. Essa atuação conjunta favoreceu o diálogo sobre as informações levantadas, a reflexão acerca das necessidades educacionais identificadas e a organização do planejamento individualizado. O projeto também considerou a importância da participação das famílias na compreensão da trajetória, dos interesses e das necessidades de apoio dos estudantes, respeitando os procedimentos efetivamente realizados durante a experiência. Nessa perspectiva, o PEI foi considerado um recurso pedagógico destinado a orientar a definição de objetivos, estratégias de ensino, recursos de acessibilidade e formas de acompanhamento da aprendizagem, em articulação com o Plano de Atendimento Educacional Especializado, quando aplicável.

A fundamentação legal do trabalho considera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. A redação vigente estabelece que o estudo de caso fundamenta o Plano de Atendimento Educacional Especializado e o Plano Educacional Individualizado e que esses instrumentos devem orientar o trabalho pedagógico na sala de aula comum, no Atendimento Educacional Especializado e nas atividades colaborativas da instituição de ensino (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b). Essa orientação reforça a importância da articulação entre os profissionais e da organização de estratégias de acessibilidade coerentes com as necessidades educacionais identificadas.

A sistematização da experiência foi organizada por meio de análise descritivo-reflexiva, considerando os procedimentos realizados, a participação dos profissionais e as questões relacionadas à elaboração colaborativa do planejamento. Para orientar a discussão, foram definidos eixos temáticos relacionados à participação dos envolvidos, ao estudo de caso e à sondagem pedagógica, à identificação de potencialidades e barreiras à aprendizagem e às contribuições do trabalho colaborativo para a construção do Plano Educacional Individualizado. Essa organização permitiu relacionar as ações desenvolvidas aos fundamentos teóricos da educação inclusiva, considerando tanto as possibilidades quanto os desafios encontrados no percurso extensionista. Nesse contexto, destaca-se a relevância do PEI para o fortalecimento da colaboração entre os profissionais envolvidos no processo educativo, contribuindo para a definição e a organização de objetivos pedagógicos compartilhados, alinhados às necessidades e às potencialidades de cada estudante (Costa, Schmidt e Camargo 2023).

ISSN: 2358-8829

Quanto aos aspectos éticos, a redação do relato preservou a identidade dos estudantes e dos demais participantes, evitando a divulgação de nomes, diagnósticos individualizados ou informações que permitam sua identificação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei nº 13.146 de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) especialmente nos artigos 27 e 28, assegura à pessoa com deficiência o direito a uma educação inclusiva e de qualidade, que promova o seu pleno desenvolvimento. Segundo Tannús-Valadão (2010, p. 27),

> [...], a inclusão vai além da mera inserção para produzir socialização. Ela pressupõe modificações na dinâmica escolar para que as necessidades de todos os alunos sejam satisfeitas. Com a finalidade de atender às mais variadas necessidades específicas dos alunos, modificações são necessárias em diferentes níveis do planejamento educacional [...], nos Planos de Ensino do Professor e nos Planos Educacionais individualizados [...].

Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) apresenta-se como um instrumento de planejamento pedagógico que pode contribuir para a identificação das necessidades e potencialidades dos estudantes com deficiência e para a organização de estratégias de ensino que favoreçam sua participação e aprendizagem integral. Sua elaboração em uma perspectiva colaborativa possibilita o diálogo entre os professores da sala de aula comum, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os demais envolvidos no processo educativo, de modo a construir propostas pedagógicas que considerem as particularidades de cada estudante. (Santos *et al*, 2022).

Nessa perspectiva, a experiência extensionista possibilitou aproximar os princípios da educação inclusiva das demandas vivenciadas no cotidiano escolar. As reuniões de planejamento, os estudos de caso e as observações em sala de aula contribuíram para orientar os profissionais envolvidos na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), favorecendo uma compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes, bem como traçar objetivos pedagógicos pensados para que os estudantes com deficiência alcançassem seu potencial máximo.

A elaboração dos PEIs foi concluída por meio de um processo que envolveu o diálogo entre os professores da sala regular, os profissionais do Atendimento Educacional

ISSN: 2358-8829

Especializado (AEE), a equipe pedagógica e os integrantes do projeto de extensão. Essa articulação evidencia a importância do trabalho colaborativo na construção de práticas inclusivas, uma vez que possibilita o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades no planejamento pedagógico. Essa compreensão aproxima-se das discussões de Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), que destacam a importância da colaboração entre os profissionais da educação especial e do ensino comum para o planejamento e o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Durante o desenvolvimento do projeto, também foram observadas maior interação das crianças com deficiência com o ambiente e com os seus pares, maior participação nas atividades da sala de aula e maior atenção dos professores às necessidades desses estudantes no planejamento pedagógico. Essas observações ressaltam a importância de considerar as necessidades e as possibilidades de participação dos estudantes na organização das práticas educativas. As orientações sobre adequações curriculares e recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) contribuíram para ampliar as discussões sobre acessibilidade e diversificação das estratégias de ensino, em consonância com Silva e Camargo (2021), no que se refere à importância do PEI para a organização dos objetivos de aprendizagem e das ações pedagógicas.

Entre os desafios encontrados, destacou-se a baixa adesão de parte dos docentes da escola à proposta do projeto de extensão, somada à dificuldade de conciliar horários para a realização do planejamento colaborativo. Esses aspectos evidenciam que a construção de práticas inclusivas não depende apenas de orientações pedagógicas, mas também do envolvimento dos profissionais e de condições institucionais que favoreçam o diálogo e o planejamento conjunto. Desse modo, a experiência permitiu maior reflexão sobre a necessidade de fortalecer a articulação entre os profissionais para que o planejamento individualizado possa orientar as práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

Assim, a experiência extensionista contribuiu para ampliar as reflexões sobre a elaboração colaborativa do PEI e sobre a organização de práticas pedagógicas inclusivas. A aproximação entre universidade e escola favoreceu o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e demandas do cotidiano escolar, evidenciando possibilidades e desafios para a construção de um planejamento que considere as necessidades e potencialidades dos estudantes com deficiência e favoreça sua participação no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos apresentados neste trabalho buscaram evidenciar a importância da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) numa perspectiva colaborativa, para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as necessidades e potencialidades dos estudantes com deficiência. Ao longo da experiência extensionista, compreendemos que a elaboração do PEI exige diálogo, planejamento colaborativo e articulação entre os profissionais da escola, de modo a favorecer a participação dos estudantes no processo educativo.

A partir dessa experiência, percebemos que o PEI não deve ser compreendido apenas como um documento, mas como um instrumento que orienta o planejamento pedagógico e contribui para a construção de estratégias de ensino mais acessíveis. Portanto, sua elaboração colaborativa é essencial para fortalecer a educação inclusiva e ampliar as oportunidades de aprendizagem e participação dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: PEI, Inclusão, Trabalho colaborativo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 8 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede

Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12773.htm. Acesso em: 8 out. 2026.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

COSTA, Daniel da Silva; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, Síglia Pimentel Höher. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, e280098, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280098.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010.

SANTOS, Jéssica Rodrigues *et al*. **Planejamento educacional individualizado I: elaboração e avaliação**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/pei-i.pdf. Acesso em: 27 out. 2026.

SILVA, Gabrielle Lenz da; CAMARGO, Síglia Pimentel Höher. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, e49, p. 1–23, 2021. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X66509.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

ISSN: 2358-8829

TANNÚS-VALADÃO, G. **Planejamento educacional individualizado: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.